

8/1/1985

Protestos pela morte de Quintino

O destacamento da Polícia Militar, composto de 60 homens, que durante 45 dias caçou o pistoleiro "Quintino" na divisa do Pará com o Maranhão, já abandonou a área. A morte de "Quintino", que se considerava o Lampião do Norte, deixou a polícia sem base legal para continuar agindo, pois apenas contra ele havia ordem judicial de prisão, devido a dois homicídios que cometera.

O governador Jader Barbalho prometeu a um grupo de políticos e membros de organizações de direitos humanos que não manterá a ofensiva, só retornando se por acaso houver outro delito. Mais uma vez o governador, que é do PMDB, negou ter a PM praticado violências indiscriminadas contra a população da região. No entanto, várias entidades realizaram ontem duas manifestações em Belém acusando a polícia de estar a serviço dos fazendeiros da área, que disputam com os posseiros o controle das terras, ao caçar e matar "Quintino", o único defensor dos lavradores. Como ontem coincidiu com o início das comemorações do sesquicentenário da Cabanagem, esses grupos distribuíram panfletos dizendo que, enquanto cultua os rebeldes do passado, o governo mata os rebeldes do presente.

Dizem que a morte de "Quintino" não é um fato isolado: "A Polícia Militar do Estado está cometendo todo tipo de violências, arbitrariedades, desrespeito aos mais sagrados direitos humanos por todo o interior do Pará, sempre a serviço do latifúndio e da grilagem", diz o manifesto. Esses grupos também passaram a liderar um movimento para conseguir a exumação do cadáver de "Quintino", enterrado como indigente, vestindo apenas um calção, na cidade de Capanema, a 150 quilômetros de Belém. Os familiares também passaram a reivindicar um enterro mais decente para ele.

48 mortes no ano passado

Quarenta e oito trabalhadores rurais foram assassinados durante o ano passado em conflitos de terra ocorridos no norte de Goiás, norte de Mato Grosso e sul do Pará, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região Araguaia-Tocantins. Desse total de mortes, 33 ocorreram somente no município de Conceição do Araguaia, no Pará.

O levantamento da CPT, feito nos municípios de Cristalândia, Porto Nacional, Miracema do Norte, Tocantinópolis, São Félix do Araguaia e Conceição do Araguaia, revela também que no mesmo período pelo menos 195 pessoas foram feridas, 411 famílias foram expulsas de suas terras e 320 famílias tiveram suas casas queimadas ou destruídas.

Depois de lembrar que o Governo Federal tem destacado em sua lista de realizações o aumento das lavouras e o crescimento das exportações de produtos agrícolas, a uma taxa média superior a 10% ao ano, o documento da CPT afirma que, apesar disso, o Palácio do Planalto se esquece "da violação das leis possessórias e trabalhistas nos empreendimentos agro-pecuários".

(Página 2)